

A GRAMATIZAÇÃO DO PORTUGUÊS NO BRASIL: A POSIÇÃO SUJEITO-GRAMÁTICO E A QUESTÃO DA LÍNGUA NACIONAL

Joelma Aparecida Bressanin*
UNEMAT
Amilton Flávio Coleta Leal*
UNEMAT

***Resumo:** Este artigo tem como objetivo analisar, discursivamente, a partir da profícua articulação entre a Análise de Discurso (AD) e a História das Ideias Linguísticas (HIL), o gesto de autoria na Grammatica Portuguesa (1881) de Júlio Ribeiro, observando a inscrição de uma posição-sujeito autor de gramática frente à questão da Língua Nacional. Tendo em vista que a noção de “autoria” é, fundamentalmente, necessária para a compreensão do processo de gramatização brasileira, nosso trabalho incidirá em questões que versam sobre esse processo, bem como o modo como tal acontecimento significou para o país em um momento de singular importância para a constituição de uma identidade nacional.*

***Abstract:** This article aims to analyze, discursively, from the fruitful articulation between Discourse Analysis (AD) and History of Linguistic Ideas (HIL), the gesture of authorship in Grammatica Portuguesa (1881) by Julio Ribeiro, observing the inscription of a position-subject author of grammar in front of the question of the National Language. Given that the notion of "authorship" is fundamentally necessary for the understanding of the Brazilian grammatical process, our work will focus on issues related to this process, as well as how this event meant for the country in a moment of singular importance for the constitution of a national identity.*

Introdução

Júlio Ribeiro, gramático inscrito no processo de gramatização da língua portuguesa no Brasil, no fim do século XIX, foi o primeiro a registrar marcas relativas à variante brasileira do português. Sua obra *Grammatica Portuguesa*, publicada em 1881 e reeditada em anos posteriores, foi efetivamente a primeira gramática que se ocupou em

gramatizar o português do Brasil, produzindo certo distanciamento da influência direta de Portugal. (GUIMARÃES, 1996).

O trabalho do autor foi significativamente importante para os estudos linguísticos, uma vez que introduziu uma abordagem inaugural para os princípios gramaticais da época. Júlio Ribeiro foi o responsável por pôr em curso o processo de gramatização brasileira do português, abrindo um processo novo nos estudos de língua. (GUIMARÃES, 2004).

Esses estudos dizem respeito ao processo que Auroux (1992) denomina de gramatização. Esta é definida pelo autor como um processo de *descrição* e *instrumentalização* de uma língua através de duas tecnologias (a gramática e o dicionário), que são, ainda hoje, os pilares de nosso saber linguístico, e entendida como um “processo de transferência de tecnologia” entre línguas, culturas, etc. (idem, p. 65). O posicionamento do autor nos faz compreender que o processo de gramatização significa, entre outras coisas, um modo de se conceber as práticas linguísticas, bem como a história de um saber sobre a língua. Ou, dito de outro modo, um espaço em que podemos observar o funcionamento do político em relação ao conhecimento, aos modos de significar, de posicionar-se em relação à língua. (LAGAZZI-RODRIGUES, 2007).

Auroux (1992), ao afirmar que por gramatização deve-se entender o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentalizar* uma língua com base na gramática e no dicionário, nos faz pensar, pelo viés da História das Ideias Linguísticas, no próprio processo de gramatizar e nos meios pelo qual este se concretiza, ou seja, o modo como se dá a produção dos instrumentos linguísticos em relação a uma dada conjuntura sócio-histórica e política, uma vez que, no Brasil, o imaginário de unidade em torno da língua portuguesa se deu a partir de uma língua já instrumentalizada, pois para o autor,

A gramática não é uma simples descrição da linguagem natural. É preciso concebê-la também como um *instrumento linguístico*: do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram junto na competência de um mesmo locutor. [...] (AUROUX, 1992, p.69-70).

Diante do que afirma o autor, podemos dizer que o lugar ocupado pelos instrumentos linguísticos não deixou intactas as práticas linguísticas humanas, ou seja, o processo de gramatização, mais que transferência e/ou instrumentalização de uma língua, permitiu o registro e, ao mesmo tempo, o acesso às regras dessa língua, o que constitui, ainda hoje, as bases de nosso saber metalinguístico. Na esteira de Aurox (ibidem), pode-se dizer que tais instrumentos legitimam a constituição do sujeito com o saber, o que produz, como efeito, a identidade e o imaginário social. (ORLANDI, 2002).

Segundo Orlandi (2009, p. 110), a gramática, em seu processo de produção, é “muito mais do que um lugar de conhecimento ou um repertório de normas”. Para a autora, a gramática é, antes, “a forma da relação da língua com a sociedade na história, realizada por um sujeito também representado no modo como a sociedade se organiza” (idem, p.111). Esta é, em nosso modo de pensar, uma relação necessária e, portanto, constitutiva quando propomos refletir sobre esses instrumentos tecnológicos enquanto um lugar da Ciência, da produção do conhecimento. É sobre essa relação que trataremos nesta escrita, pensando, especificamente, o gesto de autoria inscrito na *Grammatica Portuguesa* de Júlio Ribeiro. Antes, porém, discorreremos um pouco mais sobre a articulação da História das Ideias Linguísticas com a Análise de Discurso.

1. História das Ideias Linguísticas e Análise de Discurso: campos que se articulam

Este trabalho se inscreve na perspectiva da Análise de Discurso francesa, articulado a este novo campo de conhecimento, o da História das Ideias Linguísticas, que surge no final da década de 1980, por meio de um projeto de colaboração entre pesquisadores da Universidade Estadual de Campinas e da Universidade de Paris 7, na França. Inicialmente, a equipe francesa esteve sob coordenação de Sylvain Aurox, e a brasileira, sob coordenação de Eni Orlandi. (NUNES, 2008). Cabe destacar que essa cooperação levou a constituição de um segundo projeto que foi reunindo tanto outras universidades brasileiras quanto europeias.

É importante pensarmos na produtividade específica quando a Análise de Discurso se posiciona no entremeio com a História das

Ideias Linguísticas. Podemos dizer que esse modo de fazer história da ciência tem consequências para a leitura e mesmo para a produção de arquivos relativos às Ciências da Linguagem. A História das Ideias Linguísticas, inscrita em uma visão histórica das Ciências da Linguagem, concebe os instrumentos linguísticos (gramáticas, dicionários, manuais, normas, etc.) como objetos discursivos. Essa articulação se dá, assim, na medida em que a Análise de Discurso faz com que esses objetos discursivos sejam relacionados às suas condições de produção, e sejam tomados não como documentos transparentes, mas modos específicos de produzir conhecimento em determinadas conjunturas históricas, que tecem determinados efeitos para os sujeitos, para os sentidos e para a história dos saberes. Tal relação nos possibilita dizer, ainda, que esse liame Análise de Discurso-História das Ideias Linguísticas joga no entremeio da própria constituição dessas disciplinas e põe em movimento a questão do político que necessariamente constitui as práticas linguísticas.

Orlandi (2001a) dirá que, na articulação entre Língua, Ciência e Política, a História das Ideias Linguísticas abre para a possibilidade de analisar a produção de ideias que permite a construção de uma língua própria dos brasileiros. Essa é uma maneira de compreender o modo como através da construção de uma unidade de língua, constrói-se, também, um imaginário de cidadão falante ideal e, conseqüentemente, abre-se uma possibilidade de vislumbrar as questões que giram em torno de um saber metalingüístico.

Nesse sentido, a História das Ideias Linguísticas trabalha com produção de um saber linguístico relacionada à construção de uma identidade nacional. A esse respeito, Guimarães e Orlandi (1996) asseveram que a produção de tecnologias é parte do modo como qualquer sociedade se constitui historicamente, ou seja, observar a constituição de instrumentos linguístico-tecnológicos é uma maneira de compreender como foi construída uma identidade nacional brasileira a partir de trabalhos que dizem de um lugar da/sobre a língua nacional. Essa relação se torna possível, uma vez que é “pela história da constituição da língua e do conhecimento a respeito dela” que se pode observar a história do país. (ORLANDI, 2002, p.09).

Pensamos também, que tocar na questão do nome da língua é fundamentalmente importante para o desenvolvimento das reflexões aqui propostas, pois, como afirma Orlandi (2009, p. 193 *apud*

AQUINO, 2012, p. 73), “pensar o nome da língua é reconhecer a história do saber produzido sobre ela, é analisar as injunções da conjuntura política e social, é apreender a constituição de seu sujeito”, isto é, um saber que não se restringe aos artefatos técnicos, mas que é constitutivo da sociedade e das condições de produção nas quais ele se inscreve.

Essas são algumas das maneiras possíveis de observarmos a articulação entre a História das Ideias Linguísticas e a Análise de Discurso no que tange às questões que dizem de um saber sobre a Língua Nacional, mais especificamente, o modo de constituição de uma identidade brasileira inscrita nesses instrumentos linguístico-tecnológicos, que se configuram como objetos históricos.

1. A produção de gramáticas e a questão da língua nacional

Orlandi (2001a), em seu trabalho sobre a questão do português brasileiro como língua nacional, afirma que os gramáticos brasileiros do final do século XIX e início do século XX passam a ocupar a posição-autor de um saber sobre a língua que não é mero reflexo do saber gramatical português. Dessa forma, o que se convencionou chamar “a virada do século”, representou, para o Brasil, um significativo aumento na produção de gramáticas da língua nacional, a partir da criação de um espaço de autorização e legitimação na qual o brasileiro fala *de* e *sobre* sua língua, sendo a gramática o lugar em que se institui e dá visibilidade a um saber legítimo para a sociedade brasileira. (ORLANDI, 2009).

Compreendemos, a partir dessa “virada”, que a posição ocupada pelos gramáticos brasileiros que os autorizava a dizer *como* era a língua, estava, também, afetada pelas condições próprias da gramatização do Brasil, o que para a autora está relacionada a “um processo de descolonização do Brasil”. (ORLANDI, 2009, p.176). Nesse tenso espaço de construção de um saber linguístico, Júlio Ribeiro foi, sem dúvida, um dos iniciadores do processo de gramatização brasileira do português; com isso, atentamo-nos para a questão da denominação da língua que marca a posição de identidade da língua nacional, visto que no Brasil, fala-se outra(s) língua(s).

As questões que abordamos nesse estudo se inscrevem no segundo momento¹ do processo de gramatização do Português no Brasil, no qual ocorrem produções significativas sobre a Língua Nacional, ou seja,

inauguram-se estudos para explicitar a diferença entre o Português do Brasil e o de Portugal. Atualmente, essa questão vem sendo discutida por Orlandi (2009) em seus significativos estudos sobre a identidade da língua nacional, em que a autora se posiciona a favor de se trabalhar a *identidade da língua*, ressaltando que não há como se considerar apenas mudanças e/ou variedades em sua estrutura, mas, sobretudo, as profundas e reais diferenças existentes entre o português do Brasil e o de Portugal, o que permite adotarmos a denominação *língua brasileira*.

Nessa direção, dada nossa questão central, que é a de refletir sobre o processo de autoria inscrito nas gramáticas produzidas no segundo período de gramatização do Português no Brasil (1850-1939), particularmente, o gesto de autoria na *Grammatica Portugueza* (1881) de Júlio Ribeiro, há que se dizer, na largada, que esta traz em seu prefácio marcas dessa assunção, ou seja, há a inscrição de uma posição-sujeito autor de gramática frente à questão da Língua Nacional. Nesse âmbito, pode-se dizer que quase um século (1850-1939) de elaboração e constituição de um saber sobre a língua contribuiu significativamente para a legitimação dos estudos sobre/da linguagem no Brasil, o que corroborou para o posicionamento de inúmeros gramáticos e linguistas sobre a denominação *língua brasileira*, abrindo para a possibilidade de romper com a compreensão reducionista do imaginário de unicidade da Língua Portuguesa. Daí a pertinência de retomarmos essa reflexão para pensarmos nessa relação equívoca entre língua e línguas, de modo a não apagar, mas trabalhar a contradição unidade/diversidade. (ORLANDI, 2002).

O que se discute nesse segundo período de gramatização no Brasil diz respeito à produção de gramáticas voltadas para os fatos da língua brasileira que, por sua vez, assegurariam, além da identidade linguística, um lugar de autoria². Isso porque nesse processo de produção não bastava saber a língua, mas era preciso (ORLANDI, 2001a) saber que temos uma língua, uma gramática e sujeitos brasileiros da nossa própria escrita, configurando-a como o saber legítimo para a sociedade. Esse posicionamento da autora vai ao encontro do que Dias (1996) chama de “os sentidos do idioma nacional”, cujos discursos se inscrevem numa dada formação discursiva, que por sua vez tem relação com uma formação ideológica determinada (PÊCHEUX, ([1975]1995), significando um lugar de

identidade da língua falada no Brasil em relação à constituição de uma identidade nacional.

Destacamos desse segundo período, além da produção da *Grammatica Portuguesa* de Júlio Ribeiro (1881), a título de exemplificação, a *Grammatica da Língua Portuguesa* de Pacheco Silva e Lameira de Andrade (1887). São obras que refletem um importante e significativo acontecimento linguístico para os estudos da língua no Brasil, em um momento que se emergia a importância de se produzir instrumentos linguísticos da própria língua, que autoriza um saber sobre a língua nacional. Tais gramáticas, por sua vez, significaram o “divisor de águas” para a legitimação do caráter identitário da nossa língua, bem como o início de uma trajetória que culminaria em estudos recentes sobre a língua brasileira³.

Dessa maneira, afirmar que os gramáticos ocupam um lugar de autoridade, de responsabilidade pelo que dizem, é considerar sua *posição-autor* frente à produção dessas gramáticas, sobretudo, pelo que elas significam enquanto elementos de identificação nacional. Isso nos mostra que a relação da autoria é com o sentido: o modo como o dizer faz sentido para si e para os outros, ou seja, o processo de autoria ou posição sujeito-autor é constitutivo do sujeito no discurso (ORLANDI, 2009). A autora diz, ainda, que “é do autor que se exige: coerência, respeito às normas estabelecidas, explicitação, clareza, conhecimento das regras textuais, originalidade, relevância, unidade.” (idem, p.42). Portanto, a questão da autoria está no lugar da institucionalização do saber sobre a língua; e a gramática, nesse processo, é o lugar em que se institui e ao mesmo tempo dá visibilidade a esse saber legítimo sobre a língua.

Nessa perspectiva, as gramáticas produzidas nesse segundo período de gramatização no Brasil trazem um lugar de autoria em relação à língua, ou seja, tais instrumentos tecnológicos constituem um lugar de inscrição desses gramáticos numa posição de autoridade em relação à língua e, principalmente, um lugar do *saber sobre a língua* e à singularidade do português do Brasil. Dito de outro modo, a produção desses “artefatos” de ciência (ORLANDI, 2001a), além de dar um lugar de autoridade em relação à, os inscrevem numa posição sujeito-autor gramático, e isso só se torna possível quando a produção desses instrumentos linguísticos começa a ser feita por autores brasileiros em condições de produção específicas.

2. A Gramática de Júlio Ribeiro: gesto de autoria e identidade nacional

De acordo com Orlandi (2009), no processo de produção, a gramática significa o lugar de conhecimento, de explicitação de normas. A gramática, no dizer da autora, é “a forma da relação da língua com a sociedade na história, realizada por um sujeito também representado no modo como a sociedade se organiza” (idem, p.65). Esse posicionamento se faz importante, uma vez que nossa reflexão estabelece pontos de encontro sobre essa relação da língua como um saber legítimo e concretizado por um sujeito social, inscrito nesse saber discursivo ao longo de toda uma história de experiência da/sobre a linguagem. Diante disso, trazemos um recorte do prefácio da gramática de Júlio Ribeiro para análise, que diz:

As antigas grammaticas portuguezas eram mais dissertações de metaphysica do que exposições dos usos da língua. Para afastar-me desta trilha batida, para expor com clareza as leis deduzidas dos factos e do fallar vernáculo, não me poupei a trabalhos. Creio ter ferido o meu alvo. (...) Abandonei por abstractas e vagas as definições que eu tomára de Burgraff: preferi amoldar-me ás de Whitney, mais concretas e mais claras. (RIBEIRO, [1881] 1899, p.03).

Antes de atermos, especificamente, no discurso do prefácio e nos efeitos de sentido que este produz na relação língua/sujeito/identidade nacional, é relevante dizermos que Júlio Ribeiro, enquanto gramático pioneiro nos estudos que evidenciam a significativa diferença linguística Brasil-Portugal, tece forte crítica aos modelos gramaticais da época: a *Gramática Filosófica* (comparada a uma *metafísica*) e a *Gramática Histórico-Comparada* (modelo até então não utilizado no Brasil, porém criado e já desenvolvido na Europa). Essa nuance crítica dá o tom de uma possível “rejeição” do que já era produzido enquanto instrumentos tecnológicos na época. Isso porque, em um primeiro olhar, pode-se notar, na formulação do prefácio, que há um posicionamento do Gramático em querer romper com os principais valores da *Gramática Filosófica*, já que para ele tal método não possibilitava o real conhecimento das línguas.

Essa posição marcadamente apartada com a qual Júlio Ribeiro tem dos modelos gramaticais da época, nos possibilita dizer que sua obra significou o rompimento com a tradição portuguesa da gramática filosófica e estabeleceu um espaço da diferença com a língua de Portugal, representando, portanto, um objeto da passagem de um período para o outro, ou seja, o autor dá uma nova direção aos estudos gramaticais, legitimando a ruptura do modelo tradicional em relação à nova maneira de conceber a gramática. O posicionamento de Júlio Ribeiro de que “Grammatica é a exposição methodica dos fatos da linguagem” se contrapõe aos estudos da língua que se dão por uma vertente metafísica, pois para o autor, as gramáticas não devem primar pela formulação de leis e regras, mas expor seus fatos, uma vez que são mais facilmente aprendidos. Vale destacar que essa definição de gramática vem acompanhada de uma nota de rodapé, a primeira delas na introdução da obra, indicando como referência a obra de Whitney, *Essentials of English Grammar*, de 1877. (RIBEIRO, 1881).

De acordo com Orlandi (2002, p.135), o fato de Júlio Ribeiro citar Whitney não é sem importância, pois, além de estar ligado à linhagem dos fundadores da linguística geral, o autor “é considerado um dos precursores de Saussure - e a grande inovação que ele introduz diz respeito à concepção de língua como instituição social”, ou seja, Whitney não concebia a língua como “um organismo que se desenvolve por si, mas um produto do espírito coletivo dos grupos linguísticos”. (SAUSSURE, [1916] 1978, p.07). O que se impõe a Whitney é considerar como objeto da linguística algo da ordem de um mecanismo próprio à língua e observa que isto é uma tarefa programática, pois nem os gramáticos nem os dicionários dão conta desses hábitos de linguagem. (ORLANDI, 2002, p.137).

Ademais, podemos afirmar que Júlio Ribeiro já se coloca no campo de uma reflexão mais geral acerca da língua portuguesa no contato que ela estabelece com as outras línguas. E selecionamos da obra alguns recortes para observar esse funcionamento. O primeiro deles encontra-se na primeira parte da gramática que trata da fonologia e da morfologia; refere-se ao exemplo que o autor traz quando descreve que o ditongo final *ãe*, tal como era pronunciado pelos portugueses causava certa estranheza aos brasileiros:

111. O diphthongo nasal *ãe* representa-se sempre por *ãe*, ex. :
« *capitães—mãe* ».

Os portugueses pronunciam *em* final como o diphthongo *ãe* :
vem daí a rima tão estranha aos ouvidos brasileiros, de *mãe*
com *ninguém, também, etc.*, ex. :

« Triste de quem der um ai
« Sem achar ekho em *ninguém* !
« Felizes os que têm pae,
« Mimosos os que tem *mãe* ! » (1)

(RIBEIRO, 1881, p.48)

O segundo recorte, consta na segunda parte obra que trata da sintaxe,
diz respeito às negações:

531. *Não* é a palavra de negação perfeita, ex. : « *NÃO posso*
—*NÃO dou*—*NÃO* ».

Em algumas províncias do Brazil, como Bahia, Minas, *não* du-
plica-se, ex. : « *NÃO posso, NÃO. NÃO dou, NÃO* ».

(RIBEIRO, 1881, p.260)

Como podemos observar, o autor textualiza em sua gramática modos
específicos dos falantes utilizarem a língua. Nesses dois casos, o
gramático não desautoriza a diferença no uso da língua. De acordo com
Orlandi (2002), uma certa legitimidade é construída no projeto de
gramatização no século XIX, pois há

uma articulação, consciente ou não, com o estabelecimento da
'nossa' língua, situando os falantes desse espaço brasileiro em
relação ao território português como 'outros'; isso na medida
mesma em que há um deslocamento do eixo de universalidade
da língua para o lado de cá do Atlântico. (ibidem, p.137-8).

Podemos dizer que o gesto de autoria comparece na descrição dos
fatos da língua que permeia a prescrição das normas gramaticais. Trazer
a não coincidência da língua portuguesa com a língua brasileira, a nosso
ver, configura um gesto de autorização da língua que se praticava no
Brasil. Esse é um movimento que se abre para pensarmos o tenso
confronto unidade-diversidade estabelecido no imaginário social não só

no que se refere à diferença linguística entre Brasil e Portugal, mas também à sua unidade e às variedades existentes no próprio país.

Nessa direção, observamos também na gramática, um modo de dizer que aponta para além daquilo que diz respeito às produções Brasil-Portugal e nos faz pensar na relação entre as línguas que conviveram no Brasil naquele período e no modo como essa convivência estava sendo significada. Chamou-nos atenção duas ocorrências. A primeira é quando Júlio Ribeiro menciona, na primeira parte da obra, que não havia na língua indígena nada que justificasse na escrita o emprego da letra *th*, ou seja, o seu uso se caracterizava por duas razões: pela pronúncia do som aspirado ou por uma questão etimológica. Vejamos:

« Havia antigamente abuso no emprego desta lettra, « escrevendo-se com ella palavras em que nem a etymologia, nem a pronuncia a exigem, como *theor*, *cathegoria*, « *author*, *authoridade*; e ainda hoje se vê esse abuso no « nome proprio *Nitheroy*, que assim é geralmente escri- « pto; como si na lingua indigena brazileira houvesse « aquelle kharacter grego.

« Convem corrigir a orthographia desta palavra, assim « como se tem corrigido a de outras.

« Nem se póde dizer que o *th* fosse alli introduzido « para indicar a aspiração que naquella lingua sem es- « criptura tinha o som consoante *t* de tal vocabulo, pois « não é crível que só neste houvesse a aspiração, quando « todos os mais se escrevem com *t* simples » (1).

(RIBEIRO, 1881, p.42)

O “estranhamento” do autor em relação ao emprego do *th* na referida língua é algo que provoca reflexão. Ao citar a palavra *Nitheroy*, Júlio Ribeiro afirma que o emprego do *th* nesta é uma colocação abusiva (um apêndice), que excede, extrapola. Nesse sentido, o autor se posiciona favorável à correção ortográfica, uma vez que palavras de origem indígena eram grafadas com um *t* simples.

A segunda ocorrência está na segunda parte da obra, quando o autor descreve o uso do verbo *haver* em diversas situações, observando que no Brasil estava se tornando uma prática comum tanto dos “caipiras”

como das “pessoas ilustradas” substituir o verbo *haver* por *ter*. Vamos aos exemplos:

A verdade é que em taes construcções o verbo *haver* conserva-se transitivo, e assume o kharacter de verdadeiro verbo impessoal ; e que não necessita mais de sujeito claro do que *chove, troveja*, ou outro qualquer.

Os *caipiras*, fieis aos usos arkaicos da lingua, como sóe sel-o a gente do povo, exprimem-se de modo analogo ao dos francezes : põem claro um pronome que represente o sujeito neutro e impessoal dos verbos impessoaes. Dizem : « *ELLE chove muito lá—ELLE hai ainda algũas frutas—ELLE corre por ahì que o rei vem vindo* (1) ».

Substituem tambem *ter* a *haver*, e dizem : « *TEM muita gente na egreja—Agora TEM muito peixe no tanque* ». Este uso vai-se tornando geral no Brazil, até mesmo entre as pessôas illustradas.

(RIBEIRO, 1881, p.257)

A relação entre o que é dito nos recortes nos permite dizer que não havia um lugar de conformidade para se pensar o funcionamento de algumas questões linguísticas observadas no referido período, mas sim, significativos apontamentos provocados pela tensão unidade-diversidade, língua-nação, descritos por Júlio Ribeiro em sua gramática.

No processo de gramatização do Português do Brasil, percebe-se “o funcionamento de uma unidade linguística referencial dada pela Língua Portuguesa de Portugal, fruto de seu estatuto de unidade já legitimada” (PFEIFFER, 2001, p.169). Todavia, no segundo período da gramatização, essa unidade linguística referencial portuguesa já começa a ceder espaço à diversidade linguística no/do Brasil.

Posto isso, observa-se que esse reconhecimento é parte da própria constituição da unidade do português brasileiro, portanto, da nossa unidade nacional. Mais interessante, ainda, é pensarmos que essa reflexão que se apresenta na gramática de Júlio Ribeiro se transformaria em objeto de pesquisa para os diversos estudiosos que vêm, desde 1988, a partir do projeto História das Ideias Linguísticas, trabalhando sobre a construção de uma identidade linguística do/no Brasil. Tudo isso é possível porque a língua possui sua historicidade e, inscritos nesse lugar analítico, compreendemos a maneira pelas quais os processos

linguístico-históricos e sociais entre Brasil e Portugal foram significativamente importantes para estudos sobre a diferença linguística, o que possibilita pensarmos numa função-autor-brasileiro (ORLANDI, 2001b) inscrito nessa diferença, que é a das distintas posições ocupadas por aqueles que produziam as gramáticas no Brasil no final do século XIX.

A autoria, na perspectiva discursiva, é uma função (função-autor) exercida pelo sujeito discursivo que se caracteriza pela “produção de um gesto de interpretação” (ORLANDI, 2007a, p. 97), no qual o autor é colocado como o responsável pelo sentido do que diz, do que formula, produzindo sentido de acordo com as determinações históricas a que está assujeitado e, desse modo, significando-se como autor.

Nessa direção, o gesto de autoria de Júlio Ribeiro inscrito na sua gramática, projeta-o como autor e responsável pelo que diz, legitimando-o como sujeito no/do discurso. O modo como ele faz isso é que caracteriza sua autoria. Quando falamos de autor/autoria, logo remetemos à questão de identidade. Orlandi (2001b, p.73) afirma que é a partir do gesto de autoria que se constrói a identidade, contudo, neste caso, o gramático, não constrói apenas sua identidade como autor de uma gramática, mas constitui, a partir de seu gesto, a voz de uma nação que é linguisticamente dessemelhante de Portugal. A nosso ver, este é um acontecimento discursivo (inaugural) no Brasil, pois, constitui-se como o primeiro gesto que possibilita a abertura de questões/discursos outras(os) acerca da denominação língua brasileira.

Nessa perspectiva, a autoria não é aqui pensada exclusivamente como lugar de originalidade, mas como uma filiação à rede da memória, pois notamos no discurso do autor o modo como ele participa da construção do Estado brasileiro, posicionando como o gramático brasileiro que diz *como é a língua*. Para ele, a ideia do purismo linguístico funciona como forma política de controle social e isso é fator determinante em suas produções, uma vez que seu posicionamento crítico e sagaz é o de um conhecedor das teorias gramaticais e linguísticas da época. Tudo isso nos possibilita dizer que Júlio Ribeiro não foi apenas um dos nomes mais importantes, mas uma figura inaugural dos estudos linguísticos no Brasil e um autor memorável para a demarcação do “novo” contra o tradicional: uma ruptura que culmina em discussões essencialmente significativas para as questões linguísticas nos dois países.

Interessa-nos dizer, ainda, que a posição do gramático instaura um gesto de autoria a partir do “gesto fundador de Júlio Ribeiro em construir uma ligação à qual se fará referência ao longo do processo de gramatização brasileira” (AQUINO, 2012, p. 96), que é o da recusa à tradição estabelecida pelo português Jerônimo Soares Barbosa, que segundo o gramático brasileiro, deriva de uma “metafísica” (ORLANDI, 2001a). Daí, sua crítica ao dizer que “as antigas grammaticas portuguezas eram mais dissertações de methaphysica do que exposições dos usos da língua”. (RIBEIRO, 1881, p.03). Ou seja, o posicionamento crítico do gramático, em relação aos ditos modelos, era realmente o de estabelecer outro campo do saber linguístico, que não estacionasse em dissertações, mas que definitivamente se descrevesse o uso da língua, o que para nós configura um gesto de interpretação (apropriação) ao ocupar uma posição de autoridade em relação à singularidade do português do Brasil.

Desse modo, os instrumentos linguísticos produzidos nesse período confluyente de institucionalização da língua nacional funcionaram como *pilares* nessa construção da diferenciação e singularização na constituição da língua brasileira. Essa posição de autoria inscrita na gramática de Júlio Ribeiro é um gesto que possibilita dizermos que as diferentes posições ocupadas por aqueles que produziam as gramáticas no Brasil, no período de gramatização, são maneiras de se referir à existência de uma “função-autor-brasileiro” de gramática brasileira que se diferencia, acentuadamente, daquela praticada em Portugal.

Diante do exposto e à guisa de um fechamento para as questões aqui levantadas, gostaríamos de ressaltar que a proposição inicial desse trabalho foi a de refletir sobre questões que girasse em torno de identidade/autoria nacionais, observadas a partir da *Grammatica Portugueza* de Júlio Ribeiro. O desenvolvimento dessa reflexão acerca da questão da língua nacional e do gesto de autoria da presente gramática, inscrita no segundo período de gramatização do português no Brasil, constituiu-se como mais um ponto a ser repensado e ressignificado nesse embate de construção da língua com a história. Portanto, o que chamaremos de considerações finais será, na verdade, a possibilidade de observarmos que as questões que dizem respeito à língua não se esgotam nessas poucas linhas, mas tornam-se necessárias de serem retomadas no sentido de mostrar que a posição teórica

desenvolvida por pesquisadores da História das Ideias Linguísticas tem muito a contribuir para as Ciências da Linguagem.

Considerações Finais

Observamos, em nossa reflexão, que o gesto de autoria de Júlio Ribeiro na elaboração de sua gramática é constitutivo de uma memória de língua nacional que começa a ser construída por volta do século XIX – momento em que se inicia a produção de um saber metalingüístico no Brasil. Na história dos estudos linguísticos, esse período foi marcado como um momento de singular importância na/para a construção e legitimação da identidade brasileira a partir da produção das gramáticas. Nessa perspectiva, Orlandi (2002), ao dizer que a língua possui intrínseca relação com a história e a memória, nos faz compreender que a função-autor tem a ver com a forma da gramática, com o imaginário de língua inscrito nessa gramática e, por conseguinte, com as relações estabelecidas entre os sujeitos falantes com a língua.

Dito isto, há de se pensar que as questões que abordamos dizem respeito aos diferentes modos de a interpretação se instalar na sua relação com a autoria, na sua possibilidade de configurar um lugar da constituição da identidade nacional. Tal período foi marcado por inúmeras mudanças na história do português brasileiro e o embate que nele se travou sobre a questão da língua falada e escrita no Brasil em relação a Portugal, que representava a metrópole detentora da unidade da língua: uma unidade imaginária. A não coincidência entre a língua no seu funcionamento real e a unidade imaginária da língua em geral, tensão evidenciada a partir da identificação das diferentes línguas e variedades da língua portuguesa.

Dessa maneira, a *Grammatica Portugueza* de Júlio Ribeiro, reconhecida por seus contemporâneos como um verdadeiro divisor de águas nos estudos do português do Brasil, conforme Aquino (2012), que ao problematizar questões em torno dos “nomes da língua”, também observou a construção de uma identidade linguística brasileira, acentuando as diferenças linguísticas entre os dois países, sobretudo, em relação às práticas da língua portuguesa e à legitimação de um saber brasileiro sobre língua/linguagem, porém, “sem o abandono das teorias que sustentam a produção de gramáticas em Portugal” (idem, p. 96).

Compreendemos, então, que no processo de colonização, a identidade linguística brasileira se constitui a partir de uma “memória

heterogênea”, pois as línguas - a de Portugal e a do Brasil – “se filiam a interdiscursividades distintas como se fossem uma só. Esse efeito de homogeneidade é efeito dessa história”. (ORLANDI, 2002, p. 23). Isso nos faz retomar Orlandi (2009) ao dizer que nós (brasileiros) somos falantes de outra língua: a brasileira; e ao mesmo tempo, Mariani (2004), ao dizer que essa diferença existente entre os dois países é fruto do chamado processo de colonização linguística, que por sua vez nos faz pensar na sua contraparte: a descolonização linguística⁴. Assim, podemos dizer que Júlio Ribeiro inaugura em sua obra uma discursividade em torno de um saber sobre a língua nacional, que o autoriza dizer da singularidade da língua praticada no Brasil face aos gramáticos portugueses.

Referências Bibliográficas

AQUINO, José Edicarlo de (2012). Os nomes da língua na Grammatica Portugueza de Júlio Ribeiro. In: *Revista Língua e Instrumentos Linguísticos*. Nº 30, p. 71-99. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao30/edicao30.html>.

AUROUX, Sylvain. (1992). *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad.: Eni Orlandi Puccinelli. Campinas: Editora da Unicamp.

DIAS, Luiz Francisco. (1996). *Os sentidos do idioma nacional: as bases enunciativas do nacionalismo linguístico no Brasil*. (UFPB). Campinas, Pontes.

GUIMARÃES, Eduardo. (1996). “Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira”. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni Puccinelli (Orgs.). *Língua e cidadania*. Campinas, SP: Pontes, p.127-138.

_____. (2004). *História da Semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas, SP: Pontes.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. (2007). O político na linguística: processo de representação, legitimação e institucionalização. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Orgs.). *Política Linguística no Brasil*. Pontes. p.11-18.

MARIANI, Bethania. (2004). *Colonização linguística; línguas, política e religião* (Brasil, sécs. XVI a XVIII e Estados Unidos da América, século XVIII). Campinas, Pontes.

NUNES, José Horta. (2008). “Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas”. In: *Letras*. Santa Maria, v. 18, n.

- 2, p. 107–124. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11982/7396>. Acessado em: 06 de fevereiro de 2017.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. (2009). *Língua brasileira e outras histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil*. Campinas: RG.
- _____. (2007a). *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5 ed. Campinas, SP: Pontes Editores.
- _____. (2007b). “Processo de descolonização linguística e ‘lusofonia’”. In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos*. N° 19, p.9-19.
- _____. (2002). *Língua e conhecimento linguístico: para uma História das Ideias Linguísticas no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- _____. (2001a). *História das Ideias Linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora.
- _____. (2001b). “O Estado, a gramática, a autoria”. In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos*. 4/5. Pontes/Projeto HIL.
- PÊCHEUX, Michel. ([1975] 1995). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad.: Eni Orlandi Puccinelli. 2 ed. Campinas SP: Editora da Unicamp.
- PFEIFFER, Claudia C. A língua nacional no espaço das polêmicas do século XIX/XX. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *História das Ideias Linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes; Cáceres: UNEMAT, 2001.
- RIBEIRO, Júlio. (1881). *Grammatica Portuguesa*. Exemplar n° 1925. São Paulo: São Paulo: Jorge Seckler, 299 p. Disponível em: <http://www.iel.unicamp.br/biblioteca/gramatica.php>. Acessado em: 08 de fevereiro de 2017.
- _____. (1899). 5 ed. Revista por João de Almeida. São Paulo: Miguel Melilo, 364p. Disponível em: <http://www.iel.unicamp.br/biblioteca/gramatica.php>. Acessado em: 10 de fevereiro de 2017.
- SAUSSURE, Ferdinand de. ([1916] 1978). *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix.

Palavras-chave: gramatização, Júlio Ribeiro, língua nacional

Keywords: Grammar, Júlio Ribeiro, national language

Notas

* Professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

* Doutorando em Linguística pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

¹ Pautamo-nos na divisão de períodos do processo de gramatização proposta por Eduardo Guimarães (1994/1996). São quatro períodos que permitem refletir sobre o processo de gramatização brasileiro do português.

² Para Orlandi (2007a) autoria implica em disciplina e organização, em unidade. Portanto, é a forma pela qual o sujeito se coloca na posição de autor, assegurando assim, a sua identidade.

³ Destacamos os trabalhos de Eni Orlandi produzidos a partir de 2009 e os já citados.

⁴ No processo de colonização linguística, o lugar de memória pelo qual significa a língua e seus falantes é Portugal. No processo de descolonização esta posição se inverte e o lugar de significação é deste lado do Atlântico com sua memória local. (Cf. ORLANDI, 2007b).